



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

### COTAS RACIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VISÃO DOS DISCENTES DE GRADUAÇÃO DE UMA IES PÚBLICA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Erica da Silva Mendonça<sup>1</sup>  
Maria Lúcia Machado Aranha<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho aborda resultados de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que versou sobre a visão dos estudantes de uma instituição pública de ensino superior sobre a Política de cotas raciais. Fundamentada no materialismo histórico dialético, desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica, documental e empírica, utilizando-se, para a última, formulário sem-estruturado.

**Palavras-chave:** Política de cotas raciais. Ensino superior. Ações afirmativas. Racismo.

**Abstract:** The present work deals with the results of a research of Conclusion Work of Course that focused on the vision of the students of a public institution of higher education on the Politics of racial quotas. Based on the dialectical historical materialism, it was developed from a bibliographical, documentary and empirical research, using, for the last, a unstructured form.

**Key-words:** Racial quotas. Higher education. Affirmative actions. Racism.

#### 1 Introdução

Muitos acreditam que vivemos em uma democracia racial, o que não passa de um mito, já que no Brasil o racismo ainda está muito presente, tanto em atitudes como nas estatísticas, a exemplo da violência, em que a população negra representa 78,9% de 10% dos indivíduos que possuem mais chances de serem vítimas de homicídio. Além disso, o número de mulheres negras assassinadas cresceu 54% de 2003 a 2013, enquanto o mesmo índice de mulheres brancas caiu 10% no mesmo período. Com relação à violência doméstica, as mulheres negras representaram 58,68% em 2015; violência obstétrica, 65,4%; e mortalidade materna, 53,6%. Atualmente, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras e dos 622 mil brasileiros presos, 61,6% são pretos e pardos. Quando tratamos do desemprego, 63,7% dos desempregados são negros, o que representa uma taxa de 14,6% de desemprego entre eles, enquanto temos 9,9% de desempregados entre os brancos (OLIVEIRA, 2017). Vale ressaltar que mais da metade da população brasileira é composta por negros (54%), o que reforça a disparidade dos dados apresentados, e, ainda, esses representam apenas 17% dos mais ricos.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Sergipe, E-mail: eriicamendonca26@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, E-mail: eriicamendonca26@gmail.com.

Os dados acima refletem a realidade da dívida histórica com a população negra por mais de três séculos de escravidão a que esta foi submetida, sendo necessário, portanto, buscar medidas que permitam o alcance da real democracia racial na sociedade brasileira, como a democratização do acesso ao ensino superior, além de outras ações em áreas distintas, para que gradativamente esse segmento saia do lugar secular que lhe foi imposto. Segundo Januário ([2014?], n.p.)

Além da dívida histórica que o país tem com os afrodescendentes por anos de exploração, a lei veio para minimizar as diferenças raciais e socioeconômicas que sempre existiram no Brasil. Aqui, somente 47,73% dos brasileiros se declaram brancos, segundo o Censo de 2010, tornando-se assim um dos países mais miscigenados do mundo. Mesmo com toda essa mistura ainda há diferenças que gritam aos nossos olhos.

Diante da realidade atual, de exclusão da população negra das mais diversas esferas da vida social, como o emprego, a educação, a saúde, o saneamento básico etc., e ocupando os primeiros lugares nos índices de violência, prisão, pobreza etc., surge a necessidade de criar mecanismos que possibilitem o acesso desse grupo a melhores condições de vida, como é o caso das cotas raciais, que se configuram como uma política de ação afirmativa. Pena (2010, p. 7) conceitua ações afirmativas, como:

[...] medidas que visam promover a representação e ascensão de determinados grupos sociais que se encontram em posição de desvantagem, portanto, sub-representados em posições sociais almeçadas, em razão de práticas discriminatórias atuais ou pretéritas, e favorecer-lhes o acesso a determinados bens, em igualdade de condições e oportunidades. São, por conseguinte, medidas aptas a proporcionar uma transformação social e cultural e implantar uma maior diversidade e pluralismo nos diversos ramos da atividade pública e privada.

A política de cotas raciais é uma ação afirmativa, pois tem por objetivo criar, através da discriminação positiva, a igualdade material entre brancos e negros para o acesso ao ensino superior público. A Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabelece em seu artigo 1º que as instituições federais de educação superior deverão reservar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para os estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Desses 50%, metade deve ser destinada a estudantes advindos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e, referente aos negros, indígenas e pessoas com deficiência, as vagas devem ser reservadas ainda dentro dos primeiros 50%, obedecendo a proporção de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população do estado onde está localizada a instituição de ensino, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).

Logo, a política de cotas, sendo uma ação afirmativa, surge pela incapacidade do Estado, por meio da política de educação, por si só, garantir o acesso da população negra ao ensino superior, principalmente pela insuficiência de vagas e precarização do ensino público. Seus resultados devem ser acompanhados para que essa política seja suspensa assim que alcançados os níveis esperados de acesso. Ademais, as medidas devem ser acompanhadas por uma melhora na qualidade do ensino básico público, para que os estudantes dessa rede tenham condições equiparadas aos alunos de escolas particulares na competição por uma vaga universitária.

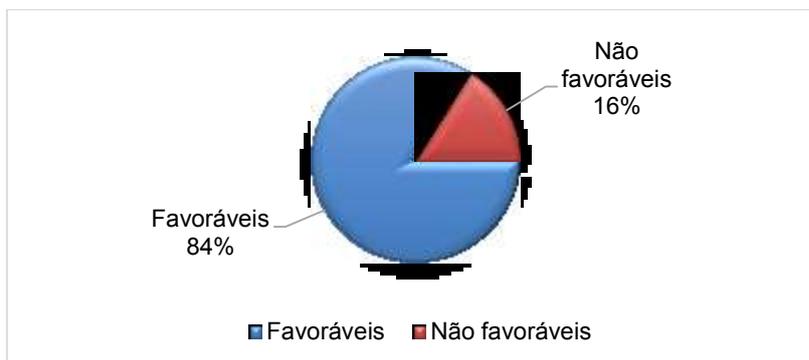
A seguir são apresentados alguns dados referentes à visão dos discentes participantes da pesquisa, que teve como objetivo justamente analisar essas opiniões, tendo em vista ser o tema das cotas raciais bastante polêmico, que apresenta pontos de vista e argumentos diversos de quem é contra ou favorável a ela.

## **2 Visão dos discentes sobre as cotas raciais**

A população da pesquisa foi composta por estudantes de diferentes cursos e centros de uma Instituição de Ensino Superior (IES) da região Nordeste do Brasil. Para a coleta dos dados foram utilizados quatro dos cinco centros da IES: Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Centro de Educação e Ciências Humanas; Centro de Ciências Exatas e Tecnologia e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

De cada um destes Centros, foram escolhidos dois cursos: Serviço Social e Direito (Centro de Ciências Sociais Aplicadas); História e Pedagogia (Centro de Educação e Ciências Humanas); Ciência da Computação e Engenharia Civil (Centro de Ciências Exatas e Tecnologia) e Enfermagem e Medicina (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde). De cada curso foram entrevistados sete alunos totalizando uma amostra de 56 pesquisados, que corresponde a 1,44% do universo total de alunos ativos nesses cursos (3887 alunos).

O primeiro dado analisado é o geral da posição de todos os pesquisados.

**Gráfico 1 – Posições dos pesquisados**

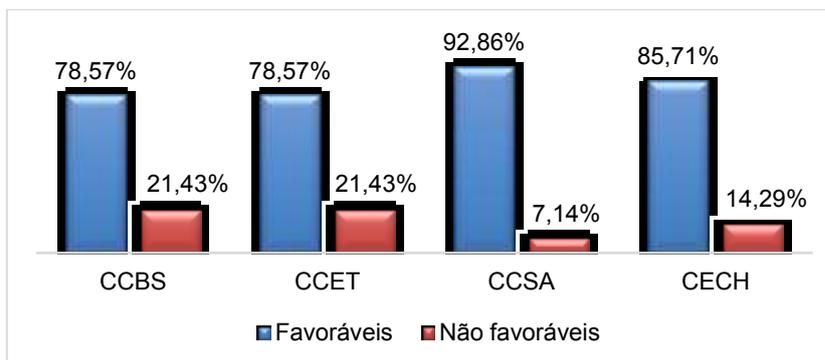
Como podemos perceber, a maioria dos estudantes pesquisados é favorável à política de cotas raciais, representando um total de 84%; os não favoráveis representam 16%, sendo que nenhum Centro ou curso apresentou uma totalidade de alunos contrários, como veremos nos próximos dados.

Segundo Neves (2010), com relação à Universidade Federal de Sergipe (UFS), desde antes da implementação da política de cotas nesta instituição, até hoje as opiniões vêm mudando e a proporção favorável à política de cotas cresce, fato que pode estar ligado a diversos fatores, como “[...] a tomada de posição do governo federal em favor das cotas universitárias [...] mudanças na composição de forças no seio do movimento estudantil a nível local [...] e do movimento sindical dos professores da UFS, cuja entidade representativa passa a apoiar as cotas sociais [...]” (NEVES, 2010, p. 30). Dessa forma, criou-se todo um clima favorável à implementação da política de ação afirmativa, o que recebe uma forte influência de posições de entidades representativas importantes dentro da universidade.

Claro que as opiniões contrárias continuarão existindo, porém, de uma forma “velada” como bem observa o autor. Segundo ele: “No fundo, o que essas posturas revelam é o fato de que se tornou politicamente incorreto ser contrário às políticas afirmativas na universidade, sob o risco de parecer insensível às desigualdades da sociedade brasileira.” (NEVES, 2010, p. 31). Dessa forma, as pessoas que são contrárias à política de cotas repensam suas opiniões ou, minimamente, as escondem.

O próximo gráfico (2) traz informações sobre as opiniões dos estudantes pesquisados agrupados em seus determinados Centros, em que fica visível a maior ou menor aceitação de acordo com a área de conhecimento:

Gráfico 2 – Posições por centros



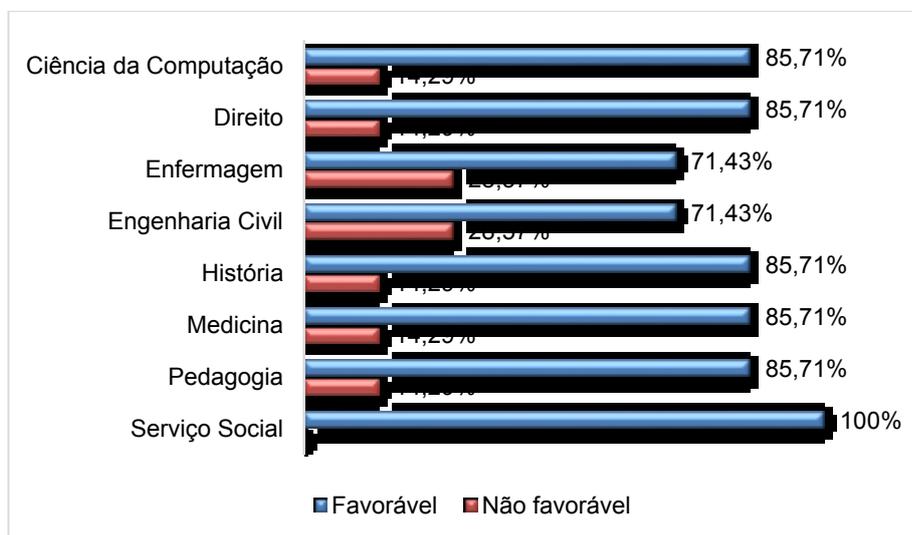
Verificamos que, mesmo que de forma não tão expressiva, o CCBS e o CCET se destacam quanto a não concordância com a política de cotas, e, quando somados os valores desses Centros, representam 42,86% de opiniões negativas. Enquanto que o CCSA e o CECH representam 21,43% de opiniões contrárias. Quando relacionamos as opiniões por curso, percebemos que as porcentagens se repetem nos cursos de Ciência da Computação, Direito, História, Medicina e Pedagogia, com 85,71% favoráveis e 14,29% não favoráveis em cada um dos cursos citados. O número de não favoráveis aumenta nos cursos de Enfermagem e Engenharia Civil, fazendo o percentual chegar a 28,57%. Já o curso de Serviço Social apresenta 100% de alunos favoráveis à política de cotas raciais, fato que possivelmente está ligado às características do curso, cuja profissão possui um projeto ético-político voltado à defesa dos interesses da classe trabalhadora, além das minorias que devem ter seus direitos respeitados, como explicitado nos Princípios Fundamentais números V, VI e XI do Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 2012):

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...] XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

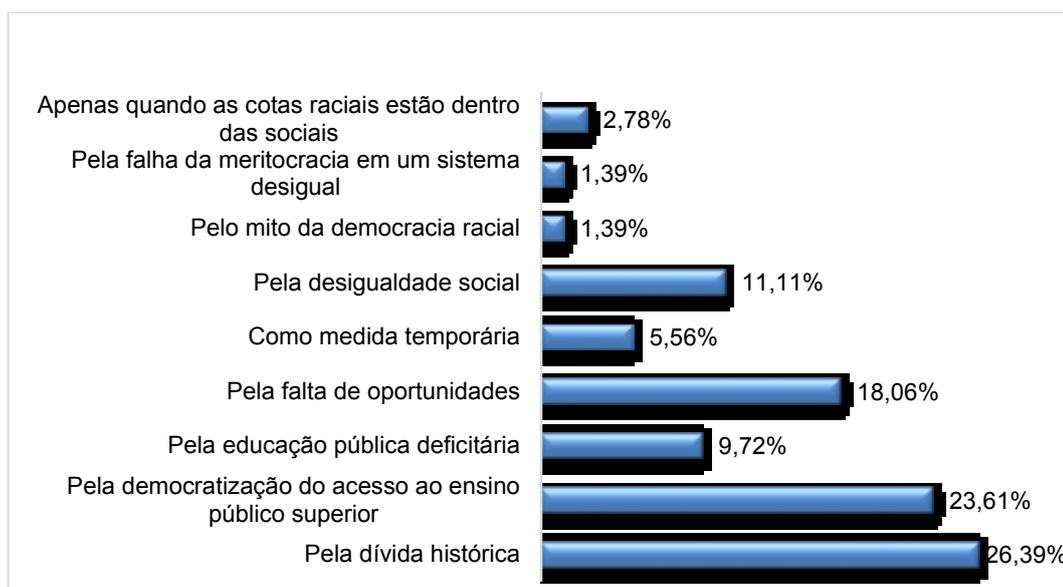
Além disso, o Conselho Federal de Serviço Social se posiciona a favor das cotas raciais e não apenas isso, tem como uma de suas reivindicações “[...] cotas e outras formas de ações afirmativas para educação, proporcionais à população negra de cada estado, *desvinculadas das cotas sociais*; [...]” (CFESS, 2017, p. 2, grifos nossos). Ou seja, uma política de cotas raciais que não leve em consideração o critério socioeconômico na seleção, apenas o racial. Logo, tendo em vista essas características do curso de Serviço

Social citadas acima é que podemos fazer a relação com a unanimidade de posições favoráveis neste curso, como podemos observar no gráfico 3:

**Gráfico 3 – Posições favoráveis e não favoráveis por curso**



No próximo gráfico 4 estão distribuídas por categorias as justificativas dos pesquisados a respeito das posições favoráveis à política de cotas raciais. Para efeito de análise, as respostas foram agrupadas de acordo com os seus elementos comuns, estabelecendo-se as seguintes categorias: pela dívida histórica (26,39%); pela democratização do acesso ao ensino público superior (23,71%); pela educação pública deficitária (9,72%); pela falta de oportunidades (18,06%); como medida temporária (5,56%); pela desigualdade social (11,11%); pelo mito da democracia racial (1,39%); pela falha da meritocracia em um sistema desigual (1,39%); e apenas quando as cotas raciais estão dentro das sociais (2,78%). Podemos visualizar melhor a distribuição dessas categorias no gráfico referido, abaixo:

**Gráfico 4 – Justificativas favoráveis**

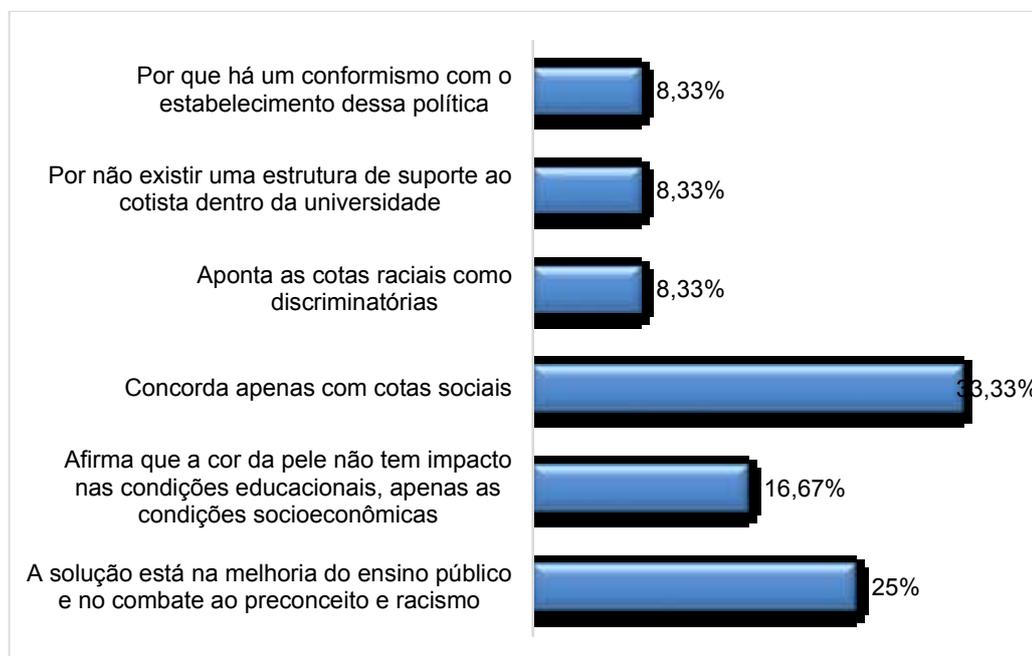
A justificativa apoiada na dívida histórica é a mais utilizada, representando a opinião de 26,39% dos pesquisados. Ela também é encontrada na literatura, como abordado na introdução deste trabalho. Além do mais, essa dívida histórica se constitui por conta do longo período de escravidão ao qual a população negra foi submetida. Em segundo lugar está a democratização do acesso ao ensino superior, que se faz necessária diante da realidade de exclusão à qual está submetida essa população, já que, “[...] somente 12,8% dos estudantes em instituições de ensino superior brasileiras, entre 18 e 24 anos de idade, são negros (pretos e pardos), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2015.” (UFJF, 2017, n.p.).

Posteriormente, em terceiro lugar, aparece como uma das justificativas mais utilizadas a falta de oportunidades (18,06%) ocasionada pela desigualdade social (11,11%) também apontada como justificativa pelos alunos pesquisados. Em seguida temos o apoio por conta da educação pública deficitária (9,72%); apenas como uma medida temporária (5,56%); apenas quando as cotas raciais estão dentro das sociais (2,78%); pelo mito da democracia racial (1,39%) e pela falha da meritocracia em um sistema desigual (1,39%).

Da mesma forma que foram agrupadas as justificativas favoráveis, as opiniões contrárias à política de cotas raciais foram categorizadas de acordo com seus elementos em comum, ficando estabelecidas as seguintes categorias: Por que há um conformismo com o estabelecimento dessa política; Por não existir uma estrutura de suporte ao cotista dentro da universidade; Por apontar as cotas raciais como discriminatórias; Por concordar apenas com cotas sociais; Por afirmar que a cor da pele não tem impacto nas condições educacionais, apenas as condições socioeconômicas; Por acreditar que a solução está na melhoria do

ensino público e no combate ao preconceito e racismo. No gráfico 5 podemos visualizar como se distribuem essas categorias em números percentuais:

**Gráfico 5 – Justificativas não favoráveis**



Nessa categoria, a justificativa que aparece em maior evidência é a de que concordam apenas com as cotas sociais, equivalendo a 33,33% das respostas. Esta, por sua vez, pode se articular com a justificativa que aparece em terceiro lugar, em 16,67% das respostas: “afirma que a cor da pele não tem impacto nas condições educacionais, apenas as condições socioeconômicas”, pois as pessoas que defendem essa justificativa muito provavelmente são a favor apenas das cotas sociais em detrimento das raciais. É importante ressaltar que evidentemente a cor da pele não define a capacidade de aprendizado de alguém, porém, a condição de exclusão atribuída pela sua cor/raça, sim.

Em segundo lugar está a defesa da melhoria no ensino público e o combate ao preconceito e racismo, em 25% das respostas, o que evidentemente deve ser feito, entretanto isso não anula a necessidade de uma ação urgente que traga oportunidades à população negra em um prazo menor, pois esta já se encontra há muitos anos subalternizada. As medidas, portanto, devem ser urgentes.

Em seguida aparecem outras três justificativas com 8,33% cada, são elas: “por que há um conformismo com o estabelecimento dessa política”; “aponta as cotas raciais como discriminatórias” e “por não existir uma estrutura de suporte ao cotista dentro da universidade. Sobre esta última é significativo destacar que há na instituição uma política de assistência estudantil que visa dar apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade social,

entre eles os cotistas, através de bolsas, residência universitária etc., porém, ela não consegue alcançar a todos que dela necessitam, o que se aprofunda ainda mais no cenário de cortes e retirada de direitos em que estamos vivendo, e que atinge fortemente a educação.

### **3 Conclusão**

Apontamos como principais resultados obtidos a partir da pesquisa realizada a posição majoritariamente favorável à política de cotas raciais, com 84% de aprovação, o que demonstra um reordenamento do modo de enxergar as questões ligadas à sociedade, com um olhar mais crítico com relação à desigualdade de acesso à universidade pública, nesse caso específico. Destacamos também a maior concentração de respostas favoráveis nos cursos pertencentes aos centros de ciências humanas (85,71%) e sociais (92,86%) em detrimento dos cursos ligados às ciências biológicas (78,57%) e exatas (78,57%). Merece destaque o curso de Serviço Social como único curso que apresentou em seus resultados resposta unânime (100%) favorável às cotas raciais. O que demonstra a força do seu projeto ético político exercendo influência na formação da perspectiva crítica dos discentes.

Com relação às justificativas, as que mais se sobressaem no caso das favoráveis são as que afirmam a defesa pela dívida histórica (26,39%) e pela democratização do acesso ao ensino superior (23,61%), demonstrando a capacidade de análise dialética dos pesquisados, que estabeleceram relação entre a situação atual e a história vivida pela população negra.

Quanto às justificativas não favoráveis aparecem em evidência a defesa de cotas que avaliem apenas o caráter socioeconômico do estudante, ou seja, cotas sociais (33,33%) e a melhoria do ensino público aliado ao combate ao racismo e preconceito (25%). Estas, por sua vez desconsideram a história e o longo tempo que essa população ainda seria submetida, caso fosse esperar apenas pela melhoria no ensino público básico, tendo em vista, que mesmo com as cotas o processo ainda é lento. É evidente que a melhoria da educação pública básica deve ocorrer, porém, medidas urgentes são necessárias para que esse quadro de exclusão não se perpetue por mais tempo.

Chamamos a atenção para a importância de levar temas como esse para discussão em todos os cursos, não apenas os cursos das ciências humanas e sociais, já que todos convivemos em sociedade e no dia-a-dia da formação acadêmica e do exercício profissional, em qualquer que seja a área de atuação é imprescindível a adoção de uma postura não discriminatória, preconceituosa ou racista. Ao debater em sala de aula questões como as das cotas raciais, a partir de uma análise crítica do contexto histórico no qual esta

política está inserida, deveria ser possível uma maior mudança de opiniões, aumentando o número de estudantes favoráveis às cotas. Afirmamos isso, tendo em vista que muitos dos estudantes que apontaram ser desfavoráveis apoiam suas opiniões em argumentos facilmente refutados através de uma simples análise dialética da realidade.

As cotas se tornam uma medida urgente pelo fato de que, esperar por uma reforma no ensino público básico que coloque o negro em pé de igualdade para competir com o estudante branco de classe média de escola particular levaria anos, deixando as estatísticas inalteradas durante muito tempo ainda, pois a situação é muito díspar. Em 2005 a porcentagem de negros cursando o ensino superior era de 5,5% do total de negros no Brasil, em 2015 esse número subiu para 12,8%; já entre os brancos em 2005 esse número era de 17,8% e em 2015, 26,5%, segundo o IBGE (VIEIRA, 2016). Esses números revelam que mesmo depois de implementada a política de cotas raciais a diferença entre negros e brancos acessando o ensino superior ainda é relevante.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 16 de dez de 2017.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social** – Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)> Acesso em: 18 ago. 2018.

CFESS. **Dia Nacional da Consciência Negra.** Brasília, DF: CFESS Manifesta, 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-ConscienciaNegra.pdf>>. Acesso em: 18. ago. 2018.

JANUÁRIO, Leticia de Oliveira. **Argumentos a favor das cotas.** Mundo educação, [2014?]. Disponível em: <<https://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/cotas/argumentos-favor-das-cotas.htm>> Acesso em: 19 ago. 2018.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. O contexto de emergência e de consolidação das políticas afirmativas na Universidade Federal de Sergipe. In: **Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe.** Editora UFS, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2010.

OLIVEIRA, Caroline. **Atlas da violência 2017: negros e jovens são as maiores vítimas.** Carta Capital, 05 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens->

sao-as-maiores-vitimas> Acesso em: 20 jan. 2018.

PENA, Marcelo Raposo Guimarães. **Ações afirmativas e o princípio da igualdade: a questão das cotas raciais nas universidades públicas.** Rio de Janeiro, 2010.

UFJF. **Consciência Negra:** nem 13% dos alunos de ensino superior são negros no Brasil. Juiz de Fora – MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/11/20/consciencia-negra-nem-13-dos-alunos-de-ensino-superior-sao-negros-no-brasil/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

VIEIRA, Isabela. **Percentual de negros em universidades dobra, mas é inferior ao de brancos.** Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos>>. Acesso em: 15 out. 2018.